



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681057 - SP (2021/0224410-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : GERALDO PORTO TRISTAO JUNIOR
ADVOGADO : GERALDO PORTO TRISTÃO JÚNIOR - SP130081
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME AUGUSTO RODRIGUEZ DE MELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUILHERME AUGUSTO RODRIGUEZ DE MELO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2068271-95.2021.8.26.0000).

O paciente cumpre pena de 25 anos, 10 meses e 3 dias de reclusão, atualmente no regime semiaberto, em razão de condenação definitiva por crimes de roubo majorado, e teve o pedido de progressão de regime indeferido pelo Juízo da execução, que determinou a realização de exame criminológico com laudo psiquiátrico para aferir o adimplemento do requisito subjetivo.

A impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois o acórdão impugnado manteve a exigência de exame criminológico para a progressão de regime sem amparo em fundamentação idônea.

Alega que o paciente já cumpriu o lapso temporal exigido para a benesse e que não há elementos concretos no curso da execução que indiquem a necessidade da avaliação exigida.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para afastar a necessidade de realização de exame criminológico e deferir a progressão de regime ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que, a respeito da necessidade do laudo psiquiátrico, o acórdão recorrido assim consignou (fl. 24):

Verifica-se, portanto, que efetivamente, a Comissão Técnica de Classificação não tinha em sua composição o médico psiquiatra, conforme exigência legal.

A ausência do referido profissional prejudica a análise das condições subjetivas do paciente para a progressão de regime, uma vez que, em conjunto com os pareceres já ofertados, poderá dar ao Juízo uma ideia mais detalhada a respeito do comportamento e das reações do reeducando frente às mais variadas situações.

Vale ressaltar que a autoridade coatora fez constar expressamente que o sentenciado deveria ser submetido a avaliação social, psicológica e psiquiátrica ao determinar a realização de exame criminológico, em decisão proferida aos 19/11/2020 (fls. 20/23).

(...)

Desse modo, pelo meu voto, DENEGO A ORDEM, determinando a autoridade coatora que cobre a remessa do laudo psiquiátrico com a máxima urgência.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente